

SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MED-NUCLEAR CLÍNICA DE MEDICINA NUCLEAR SÃO SEBASTIÃO LTDA
NIRE nº 42.200.418.518
CNPJ nº 83.850.164/0001-35
DÉCIMA QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM CONSOLIDAÇÃO SOCIAL

FABIO BRAGA E SILVA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, médico, inscrito no CRM/SC sob nº 16795, portador de cédula de identidade RG nº 3.524.566-2, expedida pela SSP/SC, nascido em 07/05/1981 em Rio de Janeiro/RJ, cadastrado no CPF nº 004.350.509-07, residente e domiciliado a rua Almirante Barroso nº 45, condomínio Sunset, Edifício Topázi, apto 504, bairro João Paulo, Florianópolis/SC, CEP: 88.030-460;

CLÍNICA RADIOLÓGICA DA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA., com sede em Passo Fundo/RS, na Rua Teixeira Soares nº 793, Bairro Centro, CEP nº 99.010-080, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 90.169.061/0001-70 e na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE nº 43.20553938-1, registrada em 12 de Julho de 2005, neste ato representado por seus diretores: **MARCELO RIBEIRO**, de nacionalidade brasileira, natural de Passo Fundo/RS, casado no regime de comunhão parcial de bens, nascido em 18/02/1972, médico, inscrito no CRM/RS sob nº 21.405, em data de 16/05/1995, com residência e domicílio em Passo Fundo/RS, na Rua Major João Schell nº 685, Bairro Annes, CEP 99.020-020, carteira de identidade nº 4049246434, expedida pela SSP/RS e CPF nº 539.093.560-87 e **ALDO PAZA JÚNIOR**, de nacionalidade brasileira, natural de Joaçaba/SC, divorciado, nascido em 26 de julho de 1971, médico, inscrito no CRM/RS sob nº 21.478 em data de 04 de agosto de 1995, com residência e domicílio em Erechim/RS, na Rua Distrito Federal nº 154, apto 1.103, Bairro Centro, CEP 99.700-254, carteira de identidade 4039495504, expedida pela SSP/RS e CPF nº 599.351.620-87;

MEDCOR ASSOCIADOS – SERVIÇOS DE DIAGNOSTICO LTDA., com sede em Florianópolis/SC, na Rua Afonso Pena nº 635, Sala 02, Térreo, Bairro Canto, CEP nº 88.070-650, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 28.942.568/0001-40 e na MM. Junta Comercial do Estado do Santa Catarina sob NIRE nº 42.205.667.818, registrada em 26 de outubro de 2017; neste ato representado por seu Administrador nos termos do Contrato Social vigente; Sr. **DANIEL MELLO**, de nacionalidade brasileira, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, médico, nascido em 18 de abril de 1980, portador da carteira de identidade nº 3810440, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 031.940.069-75, residente e domiciliado na Rua Isid Dutra nº 445, Casa 22, Sambaqui, Florianópolis/SC, CEP 88.051-010;

SYGMA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., com sede em Passo Fundo/RS, na Rua Pedro Avancini nº 100, Apto 02, Bairro Lucas Araújo, CEP nº 99.074-110, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 34.551.411/0001-97, e na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE nº 43.208.506.573, registrada em 15 de agosto de 2019; neste ato representado por seu Administrador nos termos do Contrato Social vigente; Sr. **RODRIGO SANCHEZ SCOLARI**, brasileiro, casado no regime de separação de bens convencional, médico, residente e domiciliado na Rodovia Amaro Vieira nº 2383, Bairro Itacorubi, na cidade de Florianópolis (SC), CEP 88.034-102, portador do CPF nº 018.400.269-95 e da Cédula de Identidade nº 54486086, expedida pela SSP/PR;

Sócios componentes da Sociedade Empresária que gira sob o nome empresarial de **MED-NUCLEAR - CLINICA DE MEDICINA NUCLEAR SÃO SEBASTIÃO LTDA**, que usa o nome fantasia de **MED-NUCLEAR**, na qual tem sede e foro jurídico na Rua Luiz Delfino, nº 86, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.015-360, inscrita no CNPJ sob nº 83.850.164/0001-35, com seu contrato social devidamente registrado e arquivado na MM Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42.200.418.518 em 17 de março de 1980, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito alterar o seu contrato social e o fazem mediante as seguintes cláusulas e condições.



CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato social registrado na MM Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob nº NIRE nº 42.200.418.518 em 17 de março de 1980 e alterações posteriores não modificadas por este instrumento, permanecem de pleno vigor e ratificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONSOLIDAÇÃO SOCIAL

Em vista das modificações ora acordadas, a sociedade resolve **CONSOLIDAR** o contrato social, com a seguinte redação.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO SEDE E FORO

A sociedade girará sob o nome empresarial de **MED-NUCLEAR - CLINICA DE MEDICINA NUCLEAR SÃO SEBASTIÃO LTDA**, usará o nome fantasia de **KOZMA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM** e terá sede e foro jurídico na Rua Luiz Delfino, nº 86, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.015-360.

Parágrafo primeiro: Ao presente Contrato social aplicam-se supletivamente, no que couber, as disposições legais da Lei de Sociedades por ações (Lei 6.404/76), nos termos do parágrafo Único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei 10.406/02).

Parágrafo segundo: A sociedade limitada, não será obrigada a publicação das suas demonstrações contábeis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de 7.207.249 (sete milhões, duzentos e sete mil e duzentos e quarenta e nove) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada quota, totalizando R\$ 7.207.249,00 (sete milhões, duzentos e sete mil e duzentos e quarenta e nove reais), subscrito e integralizado pelos sócios nas condições e participação seguintes:

- a) **CLÍNICA RADIOLOGICA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA**, a participação de 5.437.869 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e nove) quotas sociais, no valor total de R\$ 5.437.869 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e sete mil oitocentos e sessenta e nove reais), correspondente a 75,45% do capital social;
- b) **SYGMA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, a participação de 790.635 (setecentos e noventa mil, seiscentos e trinta e cinco) quotas sociais, no valor total de R\$ 790.635,00 (setecentos e noventa mil, seiscentos e trinta e cinco reais), correspondente a 10,97% do capital social
- c) **MEDCOR ASSOCIADOS – SERVIÇOS DE DIAGNOSTICO LTDA**, a participação de 650.815 (seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e quinze) quotas sociais, no valor total de R\$ 650.815,00 (seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e quinze reais), correspondente a 9,03% do capital social;
- d) **FÁBIO BRAGA E SILVA**, a participação de 327.930 (trezentos e vinte e sete mil, novecentos e trinta) quotas sociais, no valor total de R\$ 327.930,00 (trezentos e vinte e sete mil, novecentos e trinta reais), correspondente a 4,55% do capital social;



CLÁUSULA TERCEIRA – DA COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social fica assim composto pelos sócios.

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO	QUOTAS	VALOR R\$
Clínica Radiológica Cidade de Passo Fundo Ltda	75,45%	5.437.869	5.437.869,00
Sygma Serviços Médicos Ltda	10,97%	790.635	790.635,00
Medcor Associados – Serviços de Diagnostico Ltda	9,03%	650.815	650.815,00
Fabio Braga e Silva	4,55%	327.930	327.930,00
TOTAIS	100,00%	7.207.249	7.207.249,00

CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços médicos, em especial a prestação de atendimento diagnostico e terapêutico na área de Medicina Nuclear, com atendimento em regime ambulatorial e de internação hospitalar em dependências próprias ou de hospitais conveniados devidamente autorizados pelos órgãos competentes, compreendendo: recepção, registro e marcação de consultas; realização de procedimentos de enfermagem; consultas médicas; internação hospitalar de pacientes submetidos a terapia com radionuclídeos; transferência e preparação de pacientes; realização de procedimentos radioguiados transoperatórios em centros cirúrgicos hospitalares a prestação de serviços profissionais de medicina em radiologia, ultrassonografia, mamografia, tomografia computadorizada, densitometria óssea, ecocardiografia, ressonância magnética, medicina nuclear, diagnóstico por imagem, radiologia odontológica, consultoria e assessoria na área médica, e consultoria em tecnologia da informação na área médica, em estabelecimento próprio, hospitais e clínicas privados e ou públicas, a prestação de serviços médicos de Clínica Cardiológica, incluindo as atividades médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos e de exames complementares de eletrocardiograma, holter 24 horas, loop, testes de inclinação, realização de ecocardiografia transtorácico, ecocardiografia transesofágico, ecocardiografia com stress farmacológico, eco dopler vascular, teste ergométrico e monitorização ambulatorial da pressão arterial e atividade de exploração de estacionamento de veículos em edifícios-garagens e parques de estacionamento para veículos por curta duração.

CLÁUSULA QUINTA – DAS FILIAIS

A empresa mantém a seguinte filial:

- 1) **FILIAL número 1** (um), com sede na Rua Luiz Delfino nº 43, Bairro Centro, na cidade de Florianópolis/RS, CEP 88.015-360, denominada **FILIAL RADIOLOGIA FLORIANÓPOLIS**, com nome fantasia **KOZMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM** e com destaque de capital no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), CNPJ n. 83.850.164/0002-16, NIRE 42.901.219.015, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 25 de outubro de 2018, e tem o objeto social de: prestação de serviços médicos, em especial a prestação de atendimento diagnostico e terapêutico na área de Medicina Nuclear, com atendimento em regime ambulatorial e de internação hospitalar em dependências próprias ou de hospitais conveniados devidamente autorizados pelos órgãos competentes, compreendendo: recepção, registro e marcação de procedimentos de serviços profissionais de medicina em radiologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética, consultoria e assessoria na área médica, e consultoria em tecnologia da informação na área médica, em estabelecimento próprio, hospitais e clínicas privados e ou públicas.

CLÁUSULA SEXTA - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO

A Sociedade iniciou suas atividades em 01 de março de 1980 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.



CLÁUSULA SÉTIMA - DA INDIVIDUALIDADE E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

As quotas sociais da sociedade formada são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem que o alienante, previamente ofereça à sociedade e, posteriormente, aos outros quotistas, cabendo a estes, se for o caso, na proporção da participação de cada um no capital social, o direito de preferência na aquisição das quotas oferecidas.

Parágrafo primeiro: O quotista que desejar alienar sua participação societária deverá, por ocasião da oferta, determinar, expressamente, o preço e as condições de pagamento que pretende pelas quotas ofertadas, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e por escrito.

Parágrafo segundo: O direito de preferência previsto nesta cláusula deverá ser exercido, tanto pela sociedade como pelos quotistas, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias do oferecimento e, não havendo manifestação positiva, o cedente restará livre para negociar com quem desejar, desde que não haja restrição de 2/3 (dois terços) das quotas sociais.

Parágrafo terceiro: Em ambos os casos, o preço e as condições de pagamento não poderão ser mais vantajosas do que as ofertadas à sociedade e ao outro quotista.

CLÁUSULA OITAVA - DA ADMINISTRAÇÃO

A sociedade será administrada individualmente, em juízo ou fora dele, por **sócios administradores ou administradores não sócios**, todos na qualidade de **Diretores Gerais**, que a representarão ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, com os poderes e atribuições inerentes a prática de todos os atos relativos à gestão societária e aqueles vinculados ao plano orçamentário de receitas, despesas, investimentos e expansão aprovados pelos sócios, na forma desta cláusula.

Parágrafo primeiro - Os Diretores serão escolhidos e destituídos, a qualquer tempo, mediante a deliberação unânime dos sócios se o capital não estiver totalmente integralizado e por, no mínimo, 75% (setenta e cinco) do capital social após a integralização.

Parágrafo segundo: Os administradores serão investidos de todos os poderes de administração e representação da Sociedade, em juízo ou fora dele, perante quaisquer pessoas, naturais ou jurídicas, de direito público ou privado, a fim de assegurar o pleno desempenho de suas funções, sendo que, os aludidos poderes deverão ser exercidos de acordo com as disposições do Contrato Social e respeitadas as limitações deste acordo.

Parágrafo terceiro: Estabelecem ainda, que a representação da sociedade será exercida obrigatoriamente em conjunto de pelo menos 02 (dois) administradores quando houver a necessidade de obtenção de qualquer tipo de crédito, empréstimo ou financiamento, na condição de mutuário, com ou sem garantia real ou para prestar fianças, avais ou garantias relativas a negócios da sociedade, ou de sociedades coligadas ou controladas, bem como em todos os atos e negócios sociais, judiciais ou extrajudiciais, com amplos e completos poderes de administração, inclusive perante as instituições financeiras do país e exterior; públicas federais, estaduais e municipais; caução de títulos ou de direitos e obrigações; assinar propostas e contratos de aberturas de contas bancárias e movimentá-las, única e exclusivamente em transações da sociedade; enfim, praticar todos os atos necessários e imprescindíveis a plena consecução dos objetos sociais.

Parágrafo quarto: A representação da sociedade poderá ser exercida isoladamente, pelos administradores, para obrigações de valor igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e para operações meramente rotineiras, para movimentação bancária, assinaturas de cheques, condicionada ao valor aqui estipulado. Para os valores acima deste será necessário a representação em conjunto de dois administradores.

Parágrafo quinto: Os atos de gestão que importem em alienação ou aquisição de bens imóveis ou móveis que constituam o elemento do objeto social deverão ser submetidos à deliberação de dois terços (2/3) do capital social. Da mesma forma, a fixação da remuneração dos sócios, será deliberada mediante tomada de decisão pelos sócios e registrada em livro próprio de atas.

Parágrafo sexto: Aos administradores é vedado fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhes facultado, nos limites de seus poderes, constituírem mandatários da sociedade, com especificação no instrumento os atos e operações que poderão praticar.



Parágrafo sétimo: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à sociedade e perante terceiros, os atos de quaisquer sócios, administradores não sócios, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios e operações estranhas aos objetos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias prestadas em favor de terceiros, ressalvado o previsto nos parágrafos anteriores.

Parágrafo oitavo - Os sócios reunir-se-ão a cada seis (06) meses, com prévia convocação e pauta organizada pela Diretoria, obrigatoriamente, para a apresentação, discussão e aprovação de plano orçamentário de receitas, despesas, investimentos e expansão da sociedade para o período seguinte, mediante a deliberação da maioria absoluta do capital social.

Parágrafo nono: A convocação das reuniões que trata o parágrafo anterior a critério da Diretoria deverá ser convocada com antecedência mínima de (08) dias, mediante correspondência pessoal, fac símile ou mensagem eletrônica aos sócios, com a pauta dos assuntos a serem tratados, estabelecendo o local, a data e horário de instalação em primeira e segunda convocação, bem como um resumo da pauta de assuntos.

CLÁUSULA NONA - DA NOMEAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

São nomeados desde logo para administradores não sócios da sociedade, ambos na qualidade de Diretores Gerais:

- a) **RODRIGO SANCHEZ SCOLARI**, brasileiro, casado no regime de separação de bens convencional, médico, residente e domiciliado na Rodovia Amaro Vieira nº 2383, Bairro Itacorubi, na cidade de Florianópolis (SC), CEP 88.034-102, portador do CPF nº 018.400.269-95 e da Cédula de Identidade nº 54486086, expedida pela SSP/PR; e;
- b) **ALDO PAZA JÚNIOR**, de nacionalidade brasileira, natural de Joaçaba/SC, divorciado, nascido em 26 de julho de 1971, médico, inscrito no CRM/RS sob nº 21.478 em data de 04 de agosto de 1995, com residência e domicílio em Erechim/RS, na Rua Distrito Federal nº 154, apto 1.103, Bairro Centro, CEP 99.700-254, carteira de identidade 4039495504, expedida pela SSP/RS e CPF nº 599.351.620-87;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES

Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo único: Os documentos do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras do exercício social a serem discutidos e analisados, deverão estar devidamente assinados pelos administradores da sociedade e pelo contabilista responsável, ou ainda, cópia autenticada de documentos sociais que forem objeto da pauta dessas discussões nas reuniões ou assembleias previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA APRECIÇÃO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas da sociedade, em reunião de sócios, convocada pelos diretores ou administradores, com prazo de quinze (15) dias de antecedência, com ordem do dia, local, data e a hora da reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, indicarem à sociedade.

Parágrafo único: As convocações a critério da Diretoria, poderão ser feitas mediante edital por correspondência pessoal, fac símile ou mensagem eletrônica aos sócios, com a pauta dos assuntos a serem tratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E PROFISSIONAL

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ABERTURA DE FILIAIS

A Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou extinguir filiais, escritórios, agências e outras dependências, em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, obedecidas as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Os administradores no efetivo exercício das funções poderão receber um pró-labore mensal, a ser pago ou creditado, no valor a ser estipulado de comum acordo entre os sócios, respeitando as limitações legais vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CONSELHO FISCAL

O **CONSELHO FISCAL** da Sociedade, com funções fixadas em Lei, funcionará em caráter não-permanente e será composto de 03 (três) membros e de até 03 (três) suplentes, ambos residentes no País, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral de Sócios, com as atribuições previstas em lei.

Parágrafo primeiro: A Assembleia Geral de Sócios designará, dentre os membros eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do órgão.

Parágrafo segundo: Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante termo de posse lavrado no livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal.

Parágrafo terceiro: O Conselho Fiscal da Sociedade, somente funcionará nos exercícios sociais em que sua instalação for solicitada por quotistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) das quotas com direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral de sócios subsequente.

Parágrafo quarto: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal - caso exista, será fixada pela Assembleia Geral de Sócios que os eleger, levando-se em conta sua experiência, formação e reputação, bem como suas atribuições, observados os limites legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

O exercício social encerra-se anualmente em 31 de dezembro, quando será procedida a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e contábeis.

Parágrafo primeiro - Os lucros e as perdas são rateados, distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporcionalidade das quotas de capital de cada um, ou ainda por deliberação da totalidade dos sócios serem levados para contas especiais, para futuro aproveitamento ou amortização.

Parágrafo segundo – Para a Distribuição de Lucros, a sociedade poderá levantar balanços mensais e determinar, de comum acordo, a proporcionalidade de distribuição diferenciada à participação no capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UM SÓCIO

O falecimento, a interdição, a inabilitação e qualquer outra situação, não dissolverá a sociedade desde que os sócios remanescente queiram o seu prosseguimento. Em caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os herdeiros, sucessores e o incapaz, caso contrário os haveres do sócio que desejar retirar-se ou do falecido, serão lhe pagos a si, herdeiro(s), sucessores ou ao incapaz com base em balanço especialmente levantado para esse fim, a critério da sociedade, em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, representadas por igual número de “notas promissórias” emitidas pela sociedade, sendo a primeira delas com vencimento nos 30 (trinta) dias seguintes à data da assinatura da alteração contratual respectiva.

Parágrafo primeiro: Por acordo entre os sócios, estes valores poderão ser pagos de forma diferente, inclusive com bens móveis e/ou imóveis, porém sempre dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) meses contados da assinatura da alteração contratual, desde que não afetem a situação econômico-financeira e o funcionamento normal da sociedade.

Parágrafo segundo: O balanço especial referido no “caput” desta cláusula, que será utilizado para determinar o valor da quota reembolsável, tomará por base não somente o valor real dos bens, direitos



e obrigações, mas também aqueles valores não escrituráveis, como marca, tecnologia, clientela, perspectivas do negócio, e outros, bem como as obrigações ainda não definidas e/ou quantificadas, tudo a ser aferido através de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1.996, na qual serão considerados, preponderantemente, os princípios gerais de direito, os usos e costumes e se for o caso, as regras internacionais de comércio.

Parágrafo terceiro: As parcelas a serem pagas ao sócio que desejar se retirar ou aos herdeiro(s), sucessores ou ao incapaz, serão reajustadas a cada período de 12 (doze) meses, de acordo com a variação do **CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro**, ou, no caso de sua extinção, por outro índice que vier a ser estipulado pela autoridade monetária, em sua substituição, acumulado desde a assinatura da alteração contratual respectiva e/ou do último reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade poderá ser dissolvida a qualquer tempo por deliberação dos sócios com representatividade de no mínimo três quartos (3/4) do capital social.

Parágrafo único - A sociedade poderá se dissolver por força da lei, quando ocorrer alguma das hipóteses previstas nos artigos 1.033 e 1.034 de Lei n.º 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXCLUSÃO DE SÓCIO

O sócio pode ser excluído mediante a iniciativa dos sócios que representem 75% (setenta e cinco por cento) das quotas de capital da sociedade, quando estes entenderem que há justa causa (art. 1.085 do Código Civil Brasileiro).

Parágrafo primeiro - Entende-se por justa causa a prática de atos de inegável gravidade que coloquem em risco a continuidade da empresa e o cometimento de falta grave no cumprimento das obrigações de sócio ou administrador.

Parágrafo segundo - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo terceiro - O sócio excluído receberá seus haveres, com observância das condições estipuladas nos Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro da Cláusula da Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio contido neste contrato.

Parágrafo quarto - A convocação das reuniões que trata a presente cláusula deverá ser convocada com antecedência mínima de (60) dias, mediante correspondência pessoal com confirmação de aviso de recebimento contendo a pauta e motivo dos assuntos a serem tratados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DECLARAÇÃO

Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS E ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

Os sócios são soberanos para deliberar sobre quaisquer modificações ou alterações do contrato social e poderão fazê-lo mediante celebração de documento escrito de alteração de contrato social ou através de reunião de sócios, da qual será extraída uma ata ou uma alteração contratual.

Parágrafo primeiro: As reuniões de sócios serão convocadas pelos diretores, administradores não sócios ou por qualquer dos sócios nos casos previstos na legislação ou neste acordo, mediante comunicação escrita aos sócios, com aviso de recebimento, com antecedência não inferior a 30 (trinta) dias da reunião, estabelecendo o local, a data e horário de instalação em primeira e segunda convocação, bem como um resumo da pauta de assuntos.



Parágrafo segundo: O local da realização da reunião deverá ser o da sede social, salvo se, por razões justificadas, outro local seja escolhido.

Parágrafo terceiro: A reunião de sócios instalar-se-á em primeira convocação com a presença de titulares de, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer quorum. Para a finalidade de cálculo dos quóruns de instalação de assembleias ou reuniões de sócios bem como para as deliberações, a participação no capital social será sempre medida pelo número de quotas de cada sócio.

Parágrafo quarto: Entre os presentes serão eleitos, caso necessário, o presidente e o secretário de reunião e tomar-se-á por escrito as deliberações em ata ou em documento de alteração contratual.

Parágrafo quinto: Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecem ou se declaram, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo sexto: A reunião ou assembleia torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da convocação.

Parágrafo sétimo: Anualmente deverá realizar-se uma reunião de sócios com o objetivo de: a) tomar contas dos diretores ou administradores não sócios e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico; b) designar administradores, quando for o caso; e, c) tratar qualquer outro assunto constante na ordem do dia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR PELOS SÓCIOS

Os sócios obrigam-se a indenizar a sociedade relativamente aos prejuízos a esta causados advindos de conduta dolosa ou culposa (imperícia, imprudência e negligência) e em atos de terceiros que poderia prevenir ou impedir a sua ocorrência (culpa de vigilância ou de escolha), devidamente apurados judicialmente, desde que ocorridos na execução de atividades médicas profissionais em nome da sociedade, a exceção daqueles prejuízos decorrentes de caso fortuito ou força maior, desde que assim reconhecidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA GESTÃO EMPRESARIAL

Com a proposição de adotar progressivamente as melhores práticas de gestão empresarial, fica instituído, a partir desta data, um **COMITÊ CONSULTIVO**, com responsabilidade de orientar a alta gestão da **SOCIEDADE**, observada a competência adiante descrita, e será composto de 3 (três) membros **natos** e de até 3 (três) membros **pro-tempore**.

Parágrafo primeiro: Os membros natos com direito a voto são:

- a) **MARCELO RIBEIRO**, já qualificado no presente contrato;
- b) **RAFAEL SARETTA PORTUGAL**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, médico, inscrito no CRM/RS sob nº 26.692, residente e domiciliado na Rua Uruguai nº 1.751 Apto 702, Bairro Centro, na cidade de Passo Fundo/RS, CEP 99.010-111, natural de Erechim/RS, onde nasceu aos 10 dias do mês de junho de 1975, portador do CPF nº 804.305.110-00 e da Cédula de Identidade nº 2042281192, expedida pela SSP/RS em 29 de abril de 1994; e,
- c) **RODRIGO SANCHEZ SCOLARI**, já qualificado no presente contrato;

Parágrafo segundo: Os membros **pro-tempore** serão eleitos de comum acordo entre **os membros natos** no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data, e somente serão chamados quando necessário para participar e ouvir os demais membros com vistas a ajudar na busca de convergência, sem direito de voto, podendo ser substituído a qualquer momento à critério dos membros do **COMITÊ CONSULTIVO**, ou de 2/3 do capital social da **SOCIEDADE**, caso não seja obtido o consenso no âmbito do **COMITÊ CONSULTIVO**. Os 03 (três) membros **pro-tempore** do **COMITÊ CONSULTIVO**, deverão ser obrigatoriamente os escolhidos entre as sociedades participantes do capital, devendo, ser escolhido, 1 (um) membro por sociedade **“MEDCOR”**, **“SIGMA”** e **“CRCPF”**.

Parágrafo terceiro: A nomeação que trata o parágrafo anterior, será lavrada em livro de atas do próprio **COMITÊ CONSULTIVO**, sendo esta arquivada na sede da **SOCIEDADE**.



Parágrafo quarto: As deliberações do **COMITÊ CONSULTIVO** serão tomadas por maioria de votos de seus membros, observado que aquele que eventualmente for voto vencido terá o direito de exigir que a deliberação por maioria seja reavaliada em **Reunião de Quotistas**.

Parágrafo quinto: O **COMITÊ CONSULTIVO** é o **órgão efetivo e não estatutário** designado pelos sócios para orientar a administração executiva da sociedade e tem como principal objetivo assegurar os interesses dos sócios, valendo-se das melhores práticas de governança corporativa.

Parágrafo sexto: Compete ao **COMITÊ CONSULTIVO**, sem prejuízo de quaisquer outras matérias que os mesmos desejem acometer ao próprio comitê:

- a) aprovar a alienação da **SOCIEDADE**, em qualquer caso, direta ou indiretamente, bem como estabelecer termos e condições, além de nomear os representantes e respectivos poderes para negociação;
- b) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios;
- c) indicar a eleição e/ou destituição dos diretores da **SOCIEDADE** que serão eleitos em ato separado pela Reunião de Quotistas, observado o disposto no contrato;
- d) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, livros e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- e) fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores e dos funcionários de escalão superior;
- f) convocar reunião de quotistas, sem prejuízo das disposições do contrato social a este respeito;
- g) sugerir e ou declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, ou em outro balanço intermediário, bem como determinar o pagamento de juros sobre capital próprio;
- h) aprovar a abertura ou encerramento de filiais e escritórios;
- i) aprovar em dezembro de cada exercício um Plano Estratégico de 3 (três) anos, o Orçamento Anual do exercício seguinte assim como o respectivo planejamento comercial e operacional anual da **SOCIEDADE**, que incluirão, dentre outros, projeções de resultados, projeções de balanço patrimonial, planos de financiamento e de investimentos em ativos fixos e em participações, e diretrizes de gestão operacional, política de preços, bem como qualquer de suas alterações ou revisões;
- j) aprovar todos e quaisquer investimentos de capital ou despesas operacionais cujo valor exceder os correspondentes montantes previamente aprovados naqueles;
- k) aprovar a contratação de empréstimos ou financiamentos (inclusive por meio de contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, *comprar* e *vender* e desconto ou cessão de recebíveis ou créditos;
- l) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato que seja levado a este **COMITÊ**;
- m) aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza com os quotistas ou com qualquer administrador e seus respectivos cônjuges e parentes até segundo grau;
- n) aprovar qualquer licenciamento, aquisição, alienação ou oneração de qualquer marca, patente, direito autoral, segredo de negócio, know-how ou outra propriedade intelectual;
- o) aprovar o ingresso em qualquer joint venture ou associação;
- p) aprovar a criação e extinção de controladas e a aquisição, alienação ou oneração de quaisquer participações em quaisquer sociedades ou em consórcios;
- q) aprovar a aquisição, alienação ou oneração de qualquer outro bem ou direito, exceto se especificamente previsto no Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado;



- r) aprovar a concessão de qualquer garantia, real ou pessoal, inclusive aval;
- s) aprovar a propositura de qualquer ação judicial ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio;
- t) definir e instruir o voto nas reuniões de quotistas ou reuniões de órgãos de administração de qualquer controlada ou outra sociedade ou consórcio no qual detenha, direta ou indiretamente, qualquer participação;
- u) selecionar e destituir os auditores independentes, caso o **COMITÊ CONSULTIVO** atente pela execução de **AUDITORIA INDEPENDENTE** na **SOCIEDADE**;
- v) provar o regimento interno do **COMITÊ CONSULTIVO** e de qualquer outro comitê, conselho ou comissão, se houver;
- w) mensalmente revisar os Indicadores de Performance (KPI), além de acompanhar a execução do Orçamento e do programa BSC, se houver;
- x) Deliberar sobre qualquer matéria submetida à apreciação do **COMITÊ CONSULTIVO** pela diretoria; e,
- y) Aprovar o Plano de Carreiras, a carga horária semanal de gestores e colaboradores, a política de férias e de 13º salário dos mesmos, se houver.

Parágrafo sétimo: As reuniões do **COMITÊ CONSULTIVO** serão realizadas **SEMESTRALMENTE**, podendo ainda ser **MENSAIS**, a critério dos membros **natos** e ou demanda. Os membros do Comitê irão estabelecer uma agenda anual com datas, horários de início e término e locais das reuniões.

Parágrafo oitavo: O presidente e o vice-presidente do órgão serão designados e substituídos por deliberação dos respectivos membros, mas levando em consideração as respectivas quantidades de quotas.

Parágrafo nono: Os membros comprometem-se a exercer o seu direito de voto em Reuniões de Quotistas de modo a cumprir as deliberações tomadas pelo **COMITÊ CONSULTIVO**, nos termos deste instrumento.

Parágrafo décimo: O **COMITÊ CONSULTIVO** instalar-se-á e funcionará com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo décima primeira: É facultada a participação por áudio ou videoconferência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ACORDO DE QUOTISTAS

Os sócios, a Sociedade e seus administradores deverão observar as disposições de acordo de quotistas, porventura arquivado na sede da Sociedade (“Acordo de Quotistas”). Na hipótese de conflito ou divergência entre as disposições do Contrato Social e do Acordo de Quotistas, prevalecerão as disposições do Acordo de Quotistas.

Parágrafo Primeiro - A sociedade não irá registrar, consentir ou ratificar qualquer voto ou aprovação dos sócios ou dos Diretores, ou realizar ou deixar de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições do Acordo de Quotistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos dos sócios sob o Acordo de Quotistas.

Parágrafo Segundo - O presidente das reuniões ou assembleias de sócios, bem como os membros dos órgãos de administração da sociedade não deverão computar nenhum voto proferido em desacordo com as disposições do Acordo de Quotistas, observando-se o previsto no parágrafo 9º do artigo 118 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, no caso de não comparecimento ou abstenção de voto em deliberações das reuniões e assembleias de sócios ou de reuniões dos órgãos de administração da sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA GOVERNANÇA CORPORATIVA E GESTÃO EMPRESARIAL

A sociedade adotará progressivamente, as melhores práticas de governança, e manterá sempre a transparência na gestão, observados os princípios de **accountability** (prestação de contas) e a possibilidade de manutenção de auditoria contratada de modo permanente e ou eventual.

Parágrafo primeiro – Eventuais sócios, poderão ser substituídos por outras empresas na qual os quotistas primitivos participem naquela, sob a forma de qualquer percentual de capital, cuja finalidade seja a programação sucessória e ou a descontinuidade matrimonial.



Parágrafo segundo - Pactuam no presente instrumento, os sócios pessoas físicas, que em caso de eventual separação e ou divórcio do casal que venha acontecer com qualquer um dos sócios, e em decorrência de partilha das quotas sociais, os mesmos deverão ser obrigatoriamente substituídos por empresas na qual, participem sob qualquer percentual de capital, excetuado o sócios que exercem atividade médica na especialidade radiologia clínica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – ELEIÇÃO DO FORO

Fica eleito o foro de Florianópolis/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em única via.

Florianópolis/SC, 07 de junho de 2022.

Fábio Braga e Silva
CPF nº 004.350.509-07

Clínica Radiológica Cidade de Passo Fundo Ltda
CNPJ nº 90.169.061/0001-70
Marcelo Ribeiro
CPF nº 539.093.560-87

Clínica Radiológica Cidade de Passo Fundo Ltda
CNPJ nº 90.169.061/0001-70
Aldo Paza Júnior
CPF nº 599.351.620-87

Medcor Associados – Serviços De Diagnostico Ltda.
CNPJ nº 28.942.568/0001-40
Daniel Mello
CPF nº 031.940.069-75

Sygma Serviços Médicos Ltda.
CNPJ nº 34.551.411/0001-97
Fabricio Bonotto Mallmann
CPF nº 945.222.000-72

Como Administradores Não Sócios

Rodrigo Sanchez Scolari
CPF nº 018.400.269-95

Aldo Paza Júnior
CPF nº 599.351.620-87





224911945

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	MED-NUCLEAR - CLINICA DE MEDICINA NUCLEAR SAO SEBASTIAO LTDA
PROTOCOLO	224911945 - 09/06/2022
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42200418518
CNPJ 83.850.164/0001-35
CERTIFICO O REGISTRO EM 10/06/2022
SOB N: 20224911945

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20224911945

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00435050907 - FABIO BRAGA E SILVA - Assinado em 10/06/2022 às 09:35:09
Cpf: 01840026995 - RODRIGO SANCHEZ SCOLARI - Assinado em 10/06/2022 às 09:58:45
Cpf: 03194006975 - DANIEL MELLO - Assinado em 10/06/2022 às 09:43:10
Cpf: 53909356087 - MARCELO RIBEIRO - Assinado em 10/06/2022 às 09:14:54
Cpf: 59935162087 - ALDO PAZA JUNIOR - Assinado em 10/06/2022 às 09:14:19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/06/2022 Data dos Efeitos 10/06/2022

Arquivamento 20224911945 Protocolo 224911945 de 09/06/2022 NIRE 42200418518

Nome da empresa MED-NUCLEAR - CLINICA DE MEDICINA NUCLEAR SAO SEBASTIAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 588775246955280

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

10/06/2022